



DIREITO CONSTITUCIONAL



Estratégia
OAB

III – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CONSTITUCIONAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em 2021, a Assembleia Legislativa do Estado Alfa aprovou a Lei nº 564 proposta por um deputado estadual, tratando sobre a educação básica, tendo o Governador (na qualidade de chefe do poder executivo) sancionado a referida lei.

Esta passou a indicar que todos os alunos com deficiência ou com alguns tipos de transtornos deveriam estudar obrigatoriamente por vídeos em suas residências.

A Lei nº 564 também tratou de aspectos relativos ao provimento de cargos e estabilidade dos servidores públicos estaduais. O problema é que a nova legislação trouxe uma intensa discussão doutrinária a respeito das matérias tratadas.

Nesse sentido, a Associação Nacional de Professores, salientando que a lei viola diretamente o texto da Constituição Federal de 1988 e, tendo em vista a aproximação do início do semestre letivo, procura os seus serviços como advogado visando buscar uma decisão judicial, sendo certa a urgência na obtenção de um provimento judicial favorável.

Considerando a hipótese acima narrada, formule a medida judicial objetiva adequada.

(Valor: 5,00) Obs: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Aprovado apenas no âmbito das comissões constituídas, sem apreciação pelo Plenário do Congresso Nacional, determinado projeto de lei foi levado à apreciação do Presidente da República, que resolveu vetá-lo, ao argumento de que nenhum projeto de lei pode ser aprovado sem a respectiva votação do Plenário de cada uma das casas legislativas.

- a) O argumento do Presidente encontra amparo constitucional?
- b) É possível que entidades de classe interessadas derrubem o veto do Presidente da República?

1

2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

O Estado do Acre, aprovou mediante Lei Estadual X o reajuste de cobrança do Imposto Y. João, entendendo que a mencionada lei viola diretamente a Constituição Federal, ajuíza uma medida judicial defendendo que a lei é inconstitucional. O Juiz de primeiro grau entendeu que a Lei Estadual X respeitou os ditames estabelecidos pela Constituição Federal e julgou improcedente o pedido inicial. Inconformado com a questão, João interpõe recurso de apelação perante o Tribunal de Justiça do Estado, requerendo a revisão do julgado. Com base no caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) A Câmara Cível pode declarar a inconstitucionalidade da norma?
- b) A chamada cláusula de reserva de plenário deve ser aplicada para analisar a recepção ou revogação, pela nova Constituição, do direito pré-constitucional?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

A Lei Estadual nº 123 entra em confronto com uma norma da respectiva Constituição Estadual, que trata de normas da educação básica. E ainda, ao mesmo tempo viola norma da Constituição Federal. O Partido Político Sigma, que tem representantes apenas na Câmara dos Deputados, procura você na qualidade de advogado para examinar a constitucionalidade in abstrato desse diploma normativo e ajuizar a medida judicial cabível. De acordo com a narrativa acima, responda aos itens a seguir:

a) É possível afirmar que uma ação de controle abstrato tendo como objeto a referida Lei apenas pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal? Responda justificadamente.

b) Caso o STF declare a constitucionalidade da norma estadual, é correto afirmar que o julgamento pelo TJ estará prejudicado?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Rodolfo, servidor público do Estado Y, ingressou no serviço público em 1975, estando regido pela Lei nº 999, que trata do Estatuto dos Servidores do Estado. Com relação a situação funcional de Rodolfo, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) O que ocorrerá caso o texto da Lei nº 999 se alinhe à nova CRFB/88 no aspecto material, mas não tenha sido editado conforme o novo processo legislativo da Constituição?
- b) É possível afirmar que Rodolfo tem direito adquirido a não ser atingido pela atual Constituição no que tange a sua situação funcional?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Bom simulado!

Abs,

Prof. Diego Cerqueira